

Educação pública de qualidade e desenvolvimento da sociedade brasileira: uma revisão integrativa

Quality public education and the development of brazilian society: an integrative review

Educación pública de calidad y desarrollo de la sociedad brasileña: una revisión integradora

DOI: 10.54901/educa.v9-576

Valdermilson Guilherme Nascimento dos Santos¹

RESUMO: A educação pública de qualidade constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento social, econômico e humano da sociedade brasileira, contribuindo para a formação cidadã, a redução das desigualdades e a ampliação das oportunidades. Este estudo teve como objetivo analisar a importância da educação pública de qualidade para o desenvolvimento da sociedade brasileira, considerando suas contribuições e os principais desafios relacionados à sua efetivação. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, realizada nas bases *Scientific Electronic Library Online*, *Education Resources Information Center*, *Scopus* e *Web of Science*, considerando publicações de 2022 a 2026, nos idiomas português, inglês e espanhol. Os resultados evidenciaram que a educação pública favorece a formação cidadã, a qualificação profissional, a inserção no mercado de trabalho, a redução das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida. Entretanto, persistem desafios relacionados às desigualdades regionais, evasão escolar, infraestrutura inadequada, insuficiência de recursos e desvalorização profissional. Conclui-se que o fortalecimento da educação pública requer políticas contínuas de financiamento, equidade, inclusão, permanência estudantil, valorização docente e melhoria das condições de ensino, contribuindo para um desenvolvimento social e econômico mais justo e sustentável.

Palavras-chave: cidadania; desenvolvimento econômico; desenvolvimento social; educação pública; qualidade da educação.

1 INTRODUÇÃO

A educação pública desempenha papel fundamental na organização e no desenvolvimento da sociedade, uma vez que possibilita o acesso ao conhecimento, favorece a formação cidadã e contribui para a construção de oportunidades sociais e profissionais. No contexto brasileiro, a educação é reconhecida como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida de maneira a garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Dessa forma, sua efetivação está

¹ Mestre em Gestão nas Organizações Aprendente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba. Brasil. E-mail: valdermilsonguilherme763@gmail.com

diretamente relacionada à promoção da dignidade humana, da igualdade de oportunidades e da participação social (Brasil, 1988; Hack; Rostirola, 2024).

Apesar dos avanços observados na ampliação do acesso à escolarização, a garantia de uma educação pública de qualidade ainda enfrenta importantes desafios no Brasil. Desigualdades econômicas, sociais e regionais continuam interferindo nas condições de acesso, permanência e aprendizagem, especialmente entre estudantes pertencentes a grupos socialmente vulneráveis. Nesse sentido, a democratização do ensino não deve limitar-se à ampliação das matrículas, mas envolver condições adequadas de infraestrutura, recursos pedagógicos, acessibilidade, valorização profissional e políticas de apoio à trajetória escolar (Trezzi, 2022; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024).

A qualidade educacional, portanto, deve ser compreendida de maneira ampla, considerando não apenas os resultados obtidos em avaliações de desempenho, mas também fatores relacionados à equidade, inclusão, gestão democrática, formação dos profissionais e condições concretas de ensino e aprendizagem. Uma escola pública de qualidade deve ser capaz de atender às diferentes necessidades dos estudantes e oferecer oportunidades efetivas de desenvolvimento, independentemente de sua origem social, econômica ou territorial (Nardi, 2023; Xavier; Alves; Petrus, 2024).

Além de sua função social, a educação apresenta impactos importantes sobre o desenvolvimento econômico. A ampliação da escolaridade e da qualificação profissional pode favorecer melhores condições de inserção no mercado de trabalho, aumento da empregabilidade, geração de renda e maior capacidade de adaptação às transformações tecnológicas e produtivas. Assim, o investimento em educação pública também contribui para o fortalecimento da produtividade, da inovação e da capacidade econômica do país (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2023; 2025).

No âmbito social, os benefícios da educação incluem ainda a redução das desigualdades, a ampliação da mobilidade social e a melhoria das condições de vida. O acesso a uma formação de qualidade pode ampliar as possibilidades de participação dos indivíduos na sociedade, facilitar o acesso a direitos e serviços e contribuir para a superação de situações de vulnerabilidade. Entretanto, para que esses efeitos sejam alcançados de maneira mais equitativa, torna-se necessário fortalecer políticas públicas de financiamento, permanência estudantil, inclusão e valorização dos profissionais da educação (Tabosa; Vieira Filho, 2025; Salata; Bringhenti; Miranda, 2025).

Diante desse contexto, torna-se relevante analisar a contribuição da educação pública de qualidade para o desenvolvimento da sociedade brasileira, considerando seus efeitos sociais,

econômicos e formativos, bem como os desafios relacionados à sua efetivação. A compreensão dessas dimensões pode contribuir para o fortalecimento das políticas educacionais e para a valorização da educação como instrumento de desenvolvimento humano e social.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, a importância da educação pública de qualidade para o desenvolvimento da sociedade brasileira, considerando suas contribuições para a cidadania, a redução das desigualdades, a qualificação profissional, o desenvolvimento social e econômico e a melhoria das condições de vida da população.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Pública no Brasil: Direito Social, Cidadania e Democratização do Ensino

A educação constitui um direito social fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado e da família promovê-la com a colaboração da sociedade. Sua finalidade envolve não apenas o acesso ao conhecimento, mas também o desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Dessa forma, a educação pública relaciona-se diretamente à dignidade humana, à igualdade de oportunidades e à participação social (Brasil, 1988; Hack; Rostirola, 2024).

A democratização do ensino pressupõe garantir não somente o ingresso dos estudantes, mas também sua permanência, aprendizagem e conclusão da escolarização. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforça princípios como igualdade de acesso e permanência, gestão democrática e garantia de padrão de qualidade. Nesse sentido, a efetivação do direito à educação exige políticas públicas capazes de enfrentar desigualdades econômicas, sociais e territoriais que ainda limitam as oportunidades educacionais (Brasil, 1996; Trezzi, 2022; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024).

A equidade e a inclusão também são fundamentais para a democratização da educação pública. As diferenças entre regiões, municípios e grupos sociais demonstram que estudantes em contextos de maior vulnerabilidade necessitam de condições diferenciadas de apoio. A inclusão, portanto, deve ultrapassar a matrícula e assegurar acessibilidade, participação, aprendizagem e respeito às diferenças individuais, sociais e culturais (Xavier; Alves; Petrus, 2024; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024).

Além de garantir o acesso ao ensino, a escola pública exerce importante função na formação cidadã, pois contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, da

responsabilidade coletiva e da consciência sobre direitos e deveres. A gestão democrática e a participação da comunidade escolar fortalecem esse processo, permitindo que estudantes, famílias e profissionais participem das decisões e vivenciem práticas de cidadania no próprio ambiente educacional (Brasil, 1996; Trezzi, 2022; Nardi, 2023).

Assim, a qualidade da educação pública não deve ser avaliada apenas pelo desempenho acadêmico, mas também pelas condições de acesso, permanência, inclusão, equidade, infraestrutura e participação social. Garantir uma educação pública de qualidade significa assegurar condições para que todos possam aprender, exercer seus direitos e participar ativamente da construção de uma sociedade mais democrática e justa (Nardi, 2023; Oliveira; Pereira Junior; Horta Neto, 2025).

2.2 Qualidade da Educação Pública e sua Relação com o Desenvolvimento Social e Econômico

A qualidade da educação pública envolve um conjunto de condições que ultrapassa o acesso à escola e o desempenho em avaliações. Ela compreende aprendizagem efetiva, infraestrutura adequada, valorização dos profissionais, inclusão, equidade e condições de permanência dos estudantes. Nesse sentido, uma educação de qualidade contribui para a formação integral e cidadã, permitindo que os indivíduos desenvolvam conhecimentos, pensamento crítico e competências necessárias à participação social e profissional (Nardi, 2023; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024).

A relação entre educação e desenvolvimento social está especialmente associada à redução das desigualdades e à ampliação das oportunidades. O acesso a uma formação de qualidade pode favorecer a mobilidade social, ampliar as possibilidades de ingresso em níveis mais elevados de ensino e contribuir para a superação de situações de vulnerabilidade. Entretanto, fatores como renda, território e origem social ainda influenciam as trajetórias educacionais, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à equidade e à permanência estudantil (Tabosa; Vieira Filho, 2025; Salata; Bringhenti; Miranda, 2025).

No campo econômico, a educação pública desempenha papel importante na qualificação profissional e na preparação para o mercado de trabalho. O desenvolvimento de competências técnicas, cognitivas e sociais amplia as possibilidades de empregabilidade e pode favorecer melhores condições de renda. A educação profissional e tecnológica assume relevância nesse processo ao aproximar a formação das demandas produtivas e contribuir para a inserção de

jovens e adultos no mercado formal de trabalho (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2025; Teixeira Júnior *et al.*, 2025).

A melhoria da qualidade educacional também pode favorecer a produtividade, a inovação e o desenvolvimento econômico, uma vez que trabalhadores mais qualificados apresentam maior capacidade de adaptação às transformações tecnológicas e às novas exigências profissionais. Contudo, os benefícios da escolarização dependem igualmente da existência de oportunidades de trabalho compatíveis com a qualificação adquirida, sendo necessária maior articulação entre políticas educacionais, econômicas e de desenvolvimento produtivo (Carvalho; Reis, 2023; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2023).

Dessa forma, a educação pública de qualidade exerce influência direta sobre o desenvolvimento social e econômico ao contribuir para a formação cidadã, a qualificação profissional, a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida. Seu fortalecimento requer investimentos contínuos em equidade, infraestrutura, valorização profissional e permanência estudantil, permitindo que os benefícios da educação alcancem diferentes grupos sociais e contribuam para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2023).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, caráter descritivo e exploratório, desenvolvida com o objetivo de reunir e analisar evidências científicas acerca da importância da educação pública de qualidade para o desenvolvimento da sociedade brasileira. A revisão integrativa possibilita a síntese de estudos com diferentes abordagens metodológicas, permitindo uma compreensão ampla do conhecimento produzido sobre determinado fenômeno (Sousa; Bezerra; Egypto, 2023).

A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Education Resources Information Center (ERIC)*, *Scopus* e *Web of Science*, considerando publicações disponíveis no período de 2022 a 2026. Foram utilizados os descritores e termos: “Educação Pública”, “Qualidade da Educação”, “Desenvolvimento Social”, “Desenvolvimento Econômico”, “Políticas Públicas” e “Cidadania”, combinados por

meio dos operadores booleanos “AND” e “OR”, conforme as características de cada base de dados.

Foram incluídos artigos científicos publicados entre 2022 e 2026, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem a educação pública e sua relação com qualidade educacional, cidadania, redução das desigualdades, formação profissional, desenvolvimento social ou desenvolvimento econômico. Foram excluídos estudos duplicados, publicações fora do recorte temporal, trabalhos que não apresentassem relação direta com o objetivo da pesquisa, resumos sem acesso ao texto completo, editoriais, cartas ao editor e publicações sem caráter científico.

A seleção dos estudos ocorreu inicialmente pela leitura dos títulos e resumos, seguida da leitura integral das publicações consideradas potencialmente relevantes. Posteriormente, os trabalhos selecionados foram organizados e analisados de acordo com informações referentes a autoria, ano de publicação, objetivos, metodologia, principais resultados e contribuições para a temática investigada.

Para a análise e síntese das evidências, os achados foram agrupados por aproximação temática, permitindo a construção de três categorias principais: educação pública de qualidade como direito social e instrumento de cidadania; contribuições da educação pública para o desenvolvimento social e econômico brasileiro; e desafios e estratégias para a garantia da qualidade da educação pública no Brasil. A análise foi realizada de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar convergências, diferenças e principais contribuições apresentadas pela literatura selecionada.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

4.1 Educação Pública de Qualidade como Direito Social e Instrumento de Cidadania

A educação pública constitui um direito social fundamental e uma responsabilidade do Estado, estando relacionada ao desenvolvimento humano, à cidadania e à qualificação para o trabalho. A Constituição Federal de 1988 e a LDB determinam que o acesso ao ensino deve ocorrer em condições de igualdade, com garantia de permanência, aprendizagem e qualidade, independentemente das condições econômicas ou sociais dos indivíduos (Brasil, 1988; 1996; Hack; Rostirola, 2024).

Entretanto, a efetivação desse direito ainda enfrenta dificuldades relacionadas às desigualdades socioeconômicas, à infraestrutura escolar, ao transporte, à necessidade de

trabalho precoce e à ausência de apoio pedagógico. Assim, democratizar a educação não significa apenas ampliar as matrículas, mas assegurar condições concretas para que os estudantes permaneçam na escola, aprendam e concluam sua formação com dignidade (Trezzi, 2022; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024).

A qualidade educacional deve ser entendida como parte essencial do direito à educação, envolvendo professores valorizados, recursos pedagógicos, acessibilidade, infraestrutura adequada e políticas públicas permanentes. Além disso, a equidade precisa orientar a distribuição dos recursos, considerando que estudantes e escolas situados em contextos de maior vulnerabilidade necessitam de maior apoio para alcançar condições semelhantes de aprendizagem (Hack; Rostirola, 2024; Nardi, 2023; Xavier; Alves; Petrus, 2024).

A inclusão também representa elemento indispensável à democratização do ensino. A escola pública deve reconhecer e respeitar as diferenças sociais, culturais e individuais, garantindo participação efetiva e aprendizagem para todos os estudantes. Nesse sentido, a qualidade não pode ser avaliada apenas por testes padronizados, devendo contemplar também acesso, permanência, equidade, infraestrutura, gestão, diversidade e formação integral (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024; Oliveira; Pereira Junior; Horta Neto, 2025; Nardi, 2023).

A escola pública desempenha ainda papel estratégico na formação cidadã ao favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico, da responsabilidade coletiva e da consciência sobre direitos e deveres. A participação em conselhos escolares, grêmios, reuniões e outros espaços de gestão democrática fortalece o diálogo e aproxima a comunidade das decisões educacionais, transformando a escola em espaço de exercício da cidadania (Brasil, 1996; Trezzi, 2022; Nardi, 2023).

Para que essa função social seja plenamente cumprida, é necessário investir na valorização dos profissionais da educação, na formação continuada, na infraestrutura, nos recursos pedagógicos e na gestão democrática. Dessa forma, a educação pública de qualidade deve ser compreendida como direito social e instrumento de cidadania, contribuindo para a redução das desigualdades, o fortalecimento da democracia e a ampliação das oportunidades de desenvolvimento humano e coletivo (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024; Trezzi, 2022; Xavier; Alves; Petrus, 2024).

4.2 Contribuições da Educação Pública para o Desenvolvimento Social e Econômico Brasileiro

A educação pública exerce papel central no desenvolvimento social e econômico, pois amplia o acesso ao conhecimento, fortalece a cidadania e favorece a formação de competências necessárias à inserção social e profissional. Seus efeitos incluem geração de oportunidades, melhoria das condições de vida e redução das desigualdades, especialmente quando o acesso ao ensino está associado à qualidade, à permanência estudantil e à equidade educacional (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2023; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024).

Ao oferecer ensino gratuito, a educação pública amplia as possibilidades de mobilidade social e pode contribuir para a ruptura de ciclos de pobreza. O aumento da escolaridade favorece melhores trajetórias profissionais, embora fatores como renda, local de residência e origem social ainda influenciem o acesso e a permanência na educação. Por isso, a democratização do ensino deve ser acompanhada de políticas de apoio aos estudantes e de redução das desigualdades educacionais (Tabosa; Vieira Filho, 2025; Salata; Bringhenti; Miranda, 2025).

No campo econômico, a escolaridade está relacionada à qualificação profissional, à empregabilidade e à renda. A educação profissional e tecnológica assume destaque nesse processo ao aproximar a formação das demandas do mercado de trabalho e favorecer a inserção de jovens e adultos em empregos formais. Entretanto, a expansão da escolaridade deve ser acompanhada pela criação de postos de trabalho compatíveis com as qualificações adquiridas, evitando situações de sobre-educação e subutilização da força de trabalho qualificada (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2025; Teixeira Júnior *et al.*, 2025; Carvalho; Reis, 2023).

A educação também contribui para o aumento da produtividade ao desenvolver competências como leitura, escrita, pensamento crítico, resolução de problemas e uso de tecnologias. Essas habilidades são essenciais para a adaptação às mudanças econômicas e tecnológicas e para a participação em atividades produtivas mais complexas, reforçando a importância da qualidade educacional para o desenvolvimento econômico do país (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2023).

Além dos impactos econômicos, a educação pública promove maior autonomia, acesso a direitos e participação social. Escolas e demais instituições públicas de ensino também exercem funções importantes de proteção social, produção científica, inovação e desenvolvimento regional. Universidades e institutos públicos contribuem para a formação

profissional, a pesquisa e a extensão, aproximando o conhecimento acadêmico das necessidades sociais e econômicas das comunidades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2023).

Apesar desses benefícios, desigualdades de renda, território, infraestrutura e condições familiares ainda limitam o potencial transformador da educação. Por isso, torna-se necessário ampliar políticas de equidade, valorizar os profissionais da educação e investir em infraestrutura, tecnologias e recursos pedagógicos. Assim, o fortalecimento da educação pública de qualidade representa uma estratégia essencial para reduzir desigualdades, ampliar oportunidades e promover desenvolvimento humano, social e econômico no Brasil (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024; Tabosa; Vieira Filho, 2025; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2023).

4.3 Desafios e Estratégias para a Garantia da Qualidade da Educação Pública no Brasil

A garantia da qualidade da educação pública brasileira permanece como um desafio relevante, pois a ampliação do acesso escolar não eliminou as desigualdades relacionadas às condições de oferta e à aprendizagem. A qualidade educacional depende de fatores como infraestrutura, equidade, valorização profissional, recursos pedagógicos e condições adequadas para o acesso, a permanência e a conclusão da trajetória escolar. Dessa forma, assegurar o direito à educação exige políticas que considerem as diferentes realidades sociais e territoriais existentes no país (Xavier; Alves; Petrus, 2024).

As desigualdades regionais constituem um dos principais obstáculos à qualidade do ensino. As redes educacionais funcionam em contextos econômicos e sociais distintos, fazendo com que algumas escolas apresentem maiores dificuldades de infraestrutura, disponibilidade de profissionais e acesso a recursos. As diferenças nos indicadores de alfabetização entre os estados brasileiros demonstram que as oportunidades educacionais ainda são distribuídas de maneira desigual, reforçando a necessidade de políticas de equidade e maior direcionamento de recursos às regiões mais vulneráveis (Brasil, 2026).

Além das diferenças regionais, as escolas rurais e aquelas localizadas em municípios com menor capacidade financeira enfrentam dificuldades específicas. Essas instituições frequentemente apresentam infraestrutura menos adequada, menor disponibilidade de recursos e desafios relacionados à formação e à permanência dos profissionais. Dessa maneira, políticas educacionais devem considerar as particularidades territoriais e evitar que escolas situadas em

áreas vulneráveis permaneçam invisibilizadas nos processos de avaliação e distribuição de investimentos públicos (Braga; Miranda, 2023).

A evasão e o abandono escolar também comprometem a qualidade e a efetividade da educação pública, principalmente, no ensino médio. Problemas socioeconômicos, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, dificuldades de aprendizagem e defasagem idade-série podem contribuir para o afastamento dos estudantes. Assim, garantir somente a matrícula não é suficiente, sendo necessárias estratégias voltadas à permanência, ao acompanhamento pedagógico e à proteção das trajetórias escolares dos jovens (Brasil, 2026).

Entre as estratégias utilizadas para enfrentar esse problema estão programas de incentivo à permanência escolar e ações de recomposição das aprendizagens. O Programa Pé-de-Meia, por exemplo, busca apoiar financeiramente estudantes do ensino médio público em situação de vulnerabilidade, relacionando o benefício à frequência e à conclusão dos estudos. Essas iniciativas demonstram que o enfrentamento da evasão deve considerar simultaneamente fatores econômicos, sociais e pedagógicos (Brasil, 2024).

Outro desafio está relacionado à infraestrutura das escolas públicas. A ausência ou insuficiência de bibliotecas, laboratórios, acessibilidade, conectividade, equipamentos tecnológicos e espaços adequados limita as possibilidades de desenvolvimento de práticas pedagógicas diversificadas. Essas deficiências tendem a ser mais frequentes em escolas localizadas em contextos vulneráveis, contribuindo para aprofundar desigualdades educacionais. Nesse sentido, investimentos em infraestrutura devem ser considerados parte essencial das políticas destinadas à melhoria da qualidade do ensino (Braga; Miranda, 2023; Xavier; Alves; Petrus, 2024).

A valorização dos profissionais da educação também constitui condição fundamental para a qualidade escolar. Remuneração adequada, planos de carreira, formação continuada, estabilidade e condições dignas de trabalho influenciam diretamente a permanência dos professores na profissão e o desenvolvimento das práticas pedagógicas. Apesar dos avanços nas políticas educacionais, ainda persistem dificuldades relacionadas à concretização dessas condições, o que evidencia a necessidade de políticas permanentes de valorização do magistério (Barbosa; Jacomini; Minto, 2024; Assunção; Maia, 2025).

O financiamento adequado representa outro elemento indispensável para garantir infraestrutura, materiais pedagógicos, transporte, alimentação escolar, inclusão e valorização profissional. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb) desempenha papel central no financiamento da educação básica ao redistribuir recursos entre estados e municípios, buscando diminuir desigualdades entre as redes de ensino. Entretanto, a disponibilidade

financeira precisa estar associada ao planejamento, à gestão eficiente e à utilização de critérios de equidade que priorizem escolas e territórios com maiores necessidades (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2026).

Portanto, a garantia da qualidade da educação pública brasileira exige estratégias integradas voltadas à redução das desigualdades regionais, ao enfrentamento da evasão escolar, à melhoria da infraestrutura, à valorização docente e à ampliação e adequada aplicação dos recursos financeiros. A articulação entre União, estados e municípios, associada ao planejamento baseado em indicadores educacionais e às políticas de equidade, é fundamental para fortalecer uma educação pública inclusiva, democrática e capaz de assegurar melhores condições de aprendizagem para todos os estudantes (Xavier; Alves; Petrus, 2024; Barbosa; Jacomini; Minto, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das evidências permitiu compreender que a educação pública de qualidade constitui um elemento essencial para o desenvolvimento da sociedade brasileira, na medida em que contribui para a formação cidadã, a ampliação das oportunidades, a redução das desigualdades sociais e a qualificação profissional. Seus impactos ultrapassam o ambiente escolar e se refletem na inserção no mercado de trabalho, na geração de renda, na participação social e na melhoria das condições de vida da população. Dessa forma, garantir educação pública de qualidade significa fortalecer não apenas o desenvolvimento individual, mas também a capacidade social e econômica do país.

Entretanto, a efetivação desse direito ainda depende do enfrentamento de desafios relacionados às desigualdades regionais, à evasão escolar, à infraestrutura inadequada, à insuficiência de recursos e à valorização dos profissionais da educação. Nesse sentido, torna-se necessário fortalecer políticas públicas permanentes de financiamento, inclusão, permanência estudantil, formação e valorização docente, além de ampliar os investimentos em infraestrutura e recursos pedagógicos. Assim, o avanço da educação pública brasileira requer ações articuladas entre os diferentes níveis de governo, com foco na equidade e na garantia de condições adequadas de acesso, aprendizagem e permanência para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, A. Á.; MAIA, E. G. Indicadores das condições de trabalho e saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação e Pesquisa**. v. 51, e290495, 2025.

BARBOSA, A.; JACOMINI, M. A.; MINTO, C. A. As metas 17 e 18 do PNE (2014–2024) e a valorização do magistério no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v. 32, n. 125, e0244873, 2024.

BRAGA, D. S.; MIRANDA, C. C. de. Escolas invisibilizadas: desigualdades nas condições de oferta e limites dos instrumentos de políticas públicas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v. 31, n. 120, p. 630-651, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Garantir a aprendizagem, a permanência e a conclusão escolar no ensino médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Relatório de monitoramento da Agenda Transversal Crianças e Adolescentes: ano-base 2025**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2026.

CARVALHO, S. S. de; REIS, M. C. Evolução da sobre-educação no mercado de trabalho no Brasil entre 2012 e 2022: primeiros resultados. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. v. 29, n. 75, p. 61-74, 2023.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Fundeb: relatório de gestão 2026**. Brasília, DF: FNDE, 2026.

HACK, R.; ROSTIROLA, C. R. Direito à educação de qualidade: uma análise dos marcos normativos. **Educação & Realidade**. v. 49, e136054, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2025**. Rio de Janeiro: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório do quinto ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024**. 2. ed. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024.

NARDI, E. L. Uma qualidade para a escola pública: entre o socialmente referenciado e a lógica da regulação por resultados. **Cadernos CEDES**. v. 43, n. 121, p. 34-43, 2023.

OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A.; HORTA NETO, J. L. Qualidade da educação básica: para além dos testes cognitivos em larga escala. **Cadernos de Pesquisa**. v. 55, e11295, 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Education at a glance 2025: OECD indicators: Brazil**. Paris: OECD Publishing, 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.
OECD economic surveys: Brazil 2023. Paris: OECD Publishing, 2023.

SALATA, A. R.; BRINGHENTI, T. F. da S.; MIRANDA, A. C. H. de. Origem social e acesso ao ensino superior no Brasil entre 1992 e 2022. **Dados: Revista de Ciências Sociais.** v. 68, n. 3, p. 1-39, 2025.

SOUSA, M. N. A.; BEZERRA, A. L. D.; EGYPTO, I. A. S. Navigating the path of knowledge: the integrative review method for analysis and synthesis of scientific literature. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana.** v. 21, n. 10, p. 18448-18483, 2023.

TABOSA, F. J. S.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Os gastos com educação e saúde reduzem a pobreza e a desigualdade de renda no Brasil? **Planejamento e Políticas Públicas.** n. 69, 2025.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. E.; SOARES, A. L. G.; CARUSO, G. de B.; NASCIMENTO, H. S.; PEREIRA, I. F. M. J. Como identificar o aumento de empregabilidade de egressos de instituições de educação profissional. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise.** ano 31, n. 80, p. 63-72, out. 2025.

TREZZI, C. O acesso universal à educação no Brasil: uma questão de justiça social. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** v. 30, n. 117, p. 942-959, 2022.

XAVIER, F. P.; ALVES, M. T. G.; PETRUS, J. S. R. Qualidade da oferta educacional e desigualdades de aprendizado no ensino fundamental brasileiro. **Educação em Revista.** v. 40, e47486, 2024.